

15 de agosto de 2026

CASAS BAHIA PAY INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA.
CNPJ nº. 30.723.871/0001-02

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

Em cumprimento às determinações legais da Resolução BCB nº 2 IN BCB nº 236, encaminhamos as demonstrações financeiras CASAS BAHIA PAY INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA, que compreendem o relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao período findo em 30 de junho de 2026.

Termo de Responsabilidade da Administração

A Administração da CB PAY IP é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As demonstrações financeiras estão de acordo com a práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

CASAS BAHIA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

Assinado por:



5B197663F92C4CB...

Luis Gustavo de Almeida Puzzello
Diretor Estatutário

Assinado por:



FE6EBCB17AAA4EB...

Josue Anjos Nascimento
Contador – CRC SP-337150



A conta digital dos
brasileiros.

Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026 e 2025



Conteúdo

Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	2
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	11



Relatório da Administração

Apresentação

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras individuais da Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda. (“Casas Bahia Pay IP” ou “Instituição”) ao período findo em 30 de junho de 2026 e 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Desempenho do semestre

O Casas Bahia Pay encerrou o semestre findo em 30 de junho de 2026 com Lair R\$ 45 milhões (R\$ 8 milhões em junho de 2025), as linhas que mais contribuíram para o resultado operacional foram as receitas de serviços R\$ 34.034 (R\$ 29.051 em junho de 2025) e receitas com ativos financeiros R\$ 51.443 (R\$ 29.740 em junho de 2025).

O resultado do período foi um prejuízo de 127 milhões (lucro de R\$ 5.360 em junho de 2025), o principal ofensor para o resultado foi a baixa de R\$ 163 milhões de ativos fiscais diferidos.

Diretoria Executiva

Vital Flores Leite

Diretor Presidente

Luis Puzello

Diretor Estatutário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos cotistas e à diretoria da
Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – situação econômico-financeira de seu grupo controlador

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve os eventos e condições relacionados à continuidade operacional da Instituição. Conforme divulgado na referida nota explicativa, tais eventos e condições decorrem principalmente da situação econômico-financeira de seu grupo controlador e de seus potenciais efeitos reflexos sobre a Instituição, incluindo a baixa de ativos fiscais diferidos, a dependência relevante de receitas, operações e suporte do grupo econômico e os planos da Administração para preservação da estrutura patrimonial e operacional. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Felipe Fanton Schiavo
Felipe Fanton Schiavo
Contador CRC SP-324473/O

Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda.

Balanços Patrimoniais em

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



Ativo	Nota	jun/2026	dez/2025
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.368	9.873
Ativos financeiros		197.337	206.705
Mensurados ao custo amortizado	5a	41.959	47.355
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	5b	155.378	159.350
Outros ativos	7	37.542	19.920
Financeiros		34.867	12.521
Não financeiros		2.674	7.399
Ativos fiscais		20.816	181.184
Correntes		20.816	14.619
Diferidos	19	-	166.565
Investimento	8	22.542	-
Imobilizado		198	387
Ativos intangíveis	9	42.984	40.640
Total do ativo		355.788	458.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda.

Balanços Patrimoniais em

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



Passivo	Nota	jun/2026	dez/2025
Depósitos contas pré-pagas	10	41.055	45.483
Outros passivos	11	54.257	25.093
Não financeiros		54.257	25.093
Passivos fiscais		9.101	9.530
Correntes		9.101	9.530
Passivos contingentes	12	117	89
Patrimônio líquido		251.257	378.514
Capital social	13	656.470	656.470
Reservas de capital	14	2.011	2.011
Prejuízo acumulado		(407.223)	(279.967)
Total do passivo		355.788	458.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstração do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	Nota	jun/2026	jun/2025
Ganhos com ativos financeiros		51.443	29.740
Títulos e valores mobiliários	15	51.443	29.740
Receitas não de juros		34.034	29.051
Receitas de prestação de serviços	16	34.034	29.051
Despesas não de juros		(62.546)	(50.770)
Despesas administrativas	17	(34.497)	(30.839)
Outras receitas/(despesas) operacionais	18	(20.748)	(13.859)
Depreciação e amortização		(7.301)	(6.072)
Resultado com Equivalência Patrimonial	8	22.441	(1)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		45.372	8.020
Tributos sobre o lucro	19	(172.629)	(2.660)
Correntes		(6.064)	-
Diferidos		(166.565)	(2.660)
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre		(127.256)	5.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	<u>jun/2026</u>	<u>jun/2025</u>
(Prejuízo)/Lucro do semestre	(127.256)	5.360
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do semestre	<u>(127.256)</u>	<u>5.360</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Capital Social			Reservas de Capital	Prejuízos acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a Realizar			
31 de dezembro de 2024	656.470	-	(707)	1.761	(313.995)	343.529
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	5.360	5.360
Aumento de capital social – em homologação	-	17.000	(17.000)	-	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	-	707	-	-	707
Reservas de títulos patrimoniais	-	-	-	149	-	149
30 de junho de 2025	656.470	17.000	(17.000)	1.910	(308.635)	349.745
31 de dezembro de 2025	656.470	17.000	(17.000)	2.011	(279.967)	378.514
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(127.256)	(127.256)
30 de junho de 2026	656.470	17.000	(17.000)	2.011	(407.223)	251.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	jun/2026	jun/2025
Atividades operacionais		
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre	(127.256)	5.360
Ajustes ao lucro/(prejuízo) do semestre	151.453	10.891
Provisão/(reversão) para contingências	28	(77)
Tributos diferidos	166.565	2.660
Baixas ativos intangíveis	-	2.087
Depreciação e amortização	7.301	6.072
Resultado de equivalência patrimonial	(22.441)	-
Pagamento baseado em ações	-	149
Variação em ativos e passivos	9.855	3.708
(Aumento)/redução em ativos	(14.452)	6.114
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	5.395	(3.716)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	3.972	15.044
Outros ativos financeiros	-	(14.916)
Outros ativos não financeiros	(17.622)	12.072
Ativos fiscais correntes	(6.197)	(2.370)
Aumento/(redução) em passivos	24.307	(2.407)
Depósitos contas pré-pagas	(4.428)	(7.082)
Valores a repassar	-	1.546
Contas a pagar despesas administrativas	-	1.707
Outros passivos não financeiros	29.164	664
Passivos fiscais	(429)	758
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	34.052	19.958
Atividades de investimento		
Aplicações no intangível	(9.457)	(9.010)
Aquisição de participação em controlada	(101)	-
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento	(9.557)	(9.010)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital social	-	707
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	-	707
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	24.494	11.655
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	9.873	3.837
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	34.367	15.492
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	24.494	11.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto Operacional

A Casas Bahia Pay Instituição de pagamento Ltda. (“CB Pay” ou “instituição”) é autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que se propõe a ser uma plataforma completa de serviços financeiros, com tecnologia intuitiva, transparência e informação simplificada aos clientes. A companhia tem como foco democratizar soluções financeiras dentro e fora do ecossistema do Grupo Casas Bahia, oferecendo uma conta digital gratuita, garantindo mais autonomia e possibilidades aos brasileiros oferecendo um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros.

A controladora da CB Pay, Casas Bahia, encontra-se em processo de reestruturação financeira e realinhamento de sua estrutura operacional, assim como buscando opções de financiamento que possam contribuir para a melhoria de seu fluxo de caixa e manutenção de capital de giro para fins de continuidade operacional. A administração da CB Pay avaliou a situação em relação às suas próprias operações e, ainda que as operações da CB Pay tenham forte vínculo com as operações de seu controlador, não foram identificados fatores que pudessem afetar a capacidade de operação da CB Pay ou comprometimento da sua carteira de recebíveis.

A Instituição é uma sociedade limitada, estabelecida e domiciliada na Rua Flórida nº 1.970, Brooklin, São Paulo – SP.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN, quando aplicáveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o princípio da continuidade dos negócios da Instituição e requerem a adoção de estimativas por parte da Administração, que possuem riscos referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, desta forma, os montantes reais podem diferir destas estimativas, impactando determinados ativos, passivos, receitas e despesas nos períodos demonstrados, sendo as principais estimativas relacionadas a vida útil de ativos, a realização dos ativos fiscais diferidos, a provisão para contingências e o valor justo dos ativos financeiros.



2.2 – Novas Normas, Alterações e Interpretações aplicáveis a períodos futuro

- **Resolução BCB nº 352/23 - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados**

Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão em avaliação e serão concluídos até o início de vigência normativa.

- **Resolução CMN nº 5.252/21 - Ativos e Passivos de Sustentabilidade - Define critérios para**

Mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. As alterações serão aplicadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão em avaliação e serão concluídos até o início de vigência normativa.

- **Resolução CMN nº 5.281/26 - Ativos Virtuais**

Estabelece critérios de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos relacionados à prestação de serviços com ativos virtuais, aplicáveis prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Instituição não mantém ativos dessa natureza, portanto, não são esperados impactos materiais.

3. Principais Políticas contábeis

3.1 – Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.2 – Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Instituição.

3.3 – Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos das aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

3.4 – Ativos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da negociação.



3.4.1 – Classificação dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados conforme o modelo de negócios em que são administrados e suas características de fluxos de caixa (*SPPI Test – Solely Payment of Principal and Interest Test*).

3.4.2 – Mensuração subsequente

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- a) *Custo amortizado*: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos são constituídos apenas por pagamento de principal e juros.
- b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*: utilizada quando os ativos financeiros são administrados tanto para receber os fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para venda.
- c) *Valor justo por meio do resultado*: utilizada para os ativos financeiros que são administrados somente para venda e/ou seus fluxos de caixa não são constituídos apenas por pagamento de principal e juros.

3.4.3 – Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Classifica em três níveis as informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo. A hierarquia de valor justos prioriza os preços cotados (dados observáveis e não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos e dá a mais baixa prioridade as informações originadas de dados não observáveis.

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 – Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.;



Nível 3 – Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

3.5 – Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são realizadas conforme as disposições dos contratos firmados entre as partes.

3.6 – Imobilizado

O imobilizado é contabilizado custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear.

3.7 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente.

A CB Pay reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de *software* são mensurados com base nas horas atribuídas pelas equipes de engenharia e tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos nos aplicativos e *softwares* desenvolvidos internamente, e respectivos custos dispendidos, os quais podem ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionam novas funcionalidades, e/ou estendem o uso ou aplicações de ativos identificados já existentes.

Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a *softwares*, bem como licenças e direitos de uso e são amortizados pelo método linear a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil estimada de 5 anos.

3.8 – Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos não financeiros são avaliados ao final de cada período com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a perda será reconhecida imediatamente na demonstração do resultado do período. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.



3.9 – Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são constituídos com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. São calculados pelo regime de tributação do lucro real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social pagar ou a recuperar relacionada ao resultado tributável do período.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração.

3.10 – Pagamento baseado em ações

O BanQi mantém participação nos planos de remuneração baseado em ações instituídos pelo Grupo Casas Bahia, tais planos têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados do BanQi no capital do GCB e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados da controladora para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído a estimular a consecução dos objetivos sociais do grupo e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas do GCB.

Em troca de serviços prestados por um determinado período, os executivos da BanQi podem receber remuneração que é baseada em ações, liquidáveis em títulos patrimoniais do Grupo Casas Bahia ou em dinheiro.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas (“condições para o exercício”), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Instituição, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, ocorre a reavaliação da quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não



exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas.

No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

3.11 – Depósitos contas de pagamento pré-pagas

Correspondem aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas, sem remuneração aos clientes e estão avaliados pelos valores de liquidação.

3.12 – Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Os passivos contingentes são classificados como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aqueles de perda provável, de acordo com a estimativa do valor de perda, considerando a opinião de assessores jurídicos, a natureza das demandas judiciais e o posicionamento dos tribunais para causas semelhantes. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

3.13 – Investimentos

Os investimentos em controladas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base e elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas pela Instituição.

O investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, incluídos os gastos diretamente atribuíveis à transação. Após o reconhecimento inicial, o valor contábil é ajustado para reconhecer a participação da Instituição no lucro ou prejuízo e nos outros resultados abrangentes da investida, sendo os dividendos recebidos deduzidos do valor do investimento.

O resultado de equivalência patrimonial é registrado na rubrica “Resultado com equivalência patrimonial” na demonstração do resultado (Nota 8).



O investimento é avaliado ao final de cada período quanto à existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável e, quando identificada, a perda é reconhecida imediatamente no resultado do período.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	jun/2026	dez/2025
Disponibilidades – depósitos bancários	24.781	6.374
Aplicações em operações compromissadas	9.586	3.499
Total	34.367	9.873

5. Ativos financeiros

a) Mensurados ao custo amortizado

	jun/2026	dez/2025
Circulante		
Títulos e valores mobiliários		
Letras Financeiras do Tesouro – Nível 1 ⁽¹⁾	41.959	47.355
Total	41.959	47.355

(1) As Letras Financeiras do Tesouro são classificadas ao custo amortizado. Parte desses títulos está vinculada à prestação de garantias em operações da Companhia, com vencimento original de até 3 meses.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

	jun/2026	dez/2025
Circulante		
Títulos e valores mobiliários - livres		
Cotas subordinadas de FIDC	155.378	159.350
Total	155.378	159.350

6. Partes relacionadas

Ativo	jun/2026			dez/2025		
	SCD ⁽¹⁾	GCB ⁽²⁾	FIDC ⁽³⁾	SCD ⁽¹⁾	GCB ⁽²⁾	FIDC ⁽³⁾
Transações de Pagamento	-	4.442	-	-	2.709	-
Contas a receber	-	-	169	-	-	696
Comissões	-	19.102	-	-	12.132	-
Total	-	23.544	169	-	14.841	696

Passivo	jun/2026			dez/2025		
	SCD ⁽¹⁾	GCB ⁽²⁾	FIDC ⁽³⁾	SCD ⁽¹⁾	GCB ⁽²⁾	FIDC ⁽³⁾
Transações de Pagamento	-	567	-	-	304	-
Contas a pagar	-	5.595	-	-	3.138	-
Plano de ações	-	-	-	-	-	-
Total	-	6.162	-	-	3.442	-

Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



Resultado	jun/2026			dez/2025		
	SCD ⁽¹⁾	GCB ⁽²⁾	FIDC ⁽³⁾	SCD ⁽¹⁾	GCB ⁽²⁾	FIDC ⁽³⁾
Intermediação de serviços	-	30.328	-	-	27.831	2.786
Serviços de meio de pagamento	-	-	-	-	20.059	-
Total	-	30.328	-	-	47.890	2.786

(1) CASAS BAHIA PAY SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A. (Coligada)

(2) Grupo Casas Bahia S.A. (Controlador)

(3) Casas Bahia Pay EP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Controlada)

7. Outros ativos

Circulante	jun/2026	dez/2025
Financeiros	35.824	19.078
Valores a receber – ligadas (Nota 6)	23.713	15.537
Valores a receber ⁽¹⁾	10.511	-
Depósitos dados em garantia ⁽²⁾	956	3.152
Rendas a receber	432	309
Depósitos judiciais	212	80
Não financeiros	1.718	842
Despesas antecipadas	1.278	266
Adiantamentos e antecipações salariais	440	405
Devedores diversos	-	171
Total outros ativos	37.542	19.920

(1) Resgate de cotas de fundos investimento com movimento bancário em D+1

(2) Depósito para prestação de garantia junto aos parceiros para serviços de processamento de transações.



8. Investimento em controlada

A Companhia detém 100,0% do capital social da CB PAY Corretora de Seguros Ltda. (“CB PAY Corretora”), sociedade com sede no país cujo objeto social é a corretagem e a intermediação de seguros. No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia integralizou R\$ 100 mil no capital social da controlada, não havendo saldo de investimento em 31 de dezembro de 2025.

a) Composição e movimentação

Controlada	dez/2025	Aportes de capital	Resultado de equivalência patrimonial	jun/2026
CB PAY Corretora de Seguros	-	100	22.442	22.542

b) Informações financeiras resumidas da controlada — 30 de junho de 2026

Controlada	% de participação	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Resultado do semestre
CB PAY Corretora de Seguros	100,0%	25.596	3.053	22.542	22.442

9. Ativos intangíveis

	Vida útil	Saldo em dez/2025	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em jun/2026
Desenvolvidos internamente						
Concluídos	5 anos	68.751	1.193	-	4.523	74.467
Em andamento	-	3.633	8.263	-	(4.523)	7.373
Amortização		(31.744)	(7.112)	-	-	(38.856)
Adquiridos						
Concluídos	5 anos	166	-	-	-	166
Amortização		(166)	-	-	-	(166)
Total		40.640	2.344	-	-	42.984

	Vida útil	Saldo em dez/2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em jun/2025
Desenvolvidos internamente						
Concluídos	5 anos	53.547	1.841	(926)	9.744	64.206
Em andamento	-	5.853	7.169	(1.161)	(9.744)	2.117
Amortização		(19.231)	(5.838)	-	-	(25.069)
Adquiridos						
Concluídos	5 anos	166	-	-	-	166
Amortização		(166)	-	-	-	(166)
Total		40.169	3.172	(2.087)	-	41.254



10. Depósitos em contas pré-pagas

Os depósitos em contas pré-pagas correspondem aos saldos em moeda eletrônica mantidos pelos clientes em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento mantidas na própria Companhia e os saldos bloqueados por determinação judicial ou em decorrência de controles internos e de prevenção a fraudes.

Esses saldos não são remunerados, são exigíveis a qualquer momento e não possuem vencimento definido, razão pela qual estão integralmente classificados no passivo circulante.

Os recursos mantidos em contas de pagamento pré-pagas são alocados em conta específica mantida no Banco Central do Brasil e em títulos públicos federais, nos termos da regulamentação vigente, conforme demonstrado na Nota 5a.

a) Composição

	jun/2026	dez/2025
Saldos de livre movimentação	38.265	42.640
Saldos bloqueados	2.344	2.396
Saldos bloqueados por determinação judicial	445	399
Outros	1	48
Total	41.055	45.483

11. Outros passivos

	jun/2026	dez/2025
Circulante – Não financeiros		
Relações interfinanceiras	22.103	2.901
Outras contas administrativas	14.685	10.249
Valores a pagar – ligadas (Nota 6)	6.162	3.442
Pessoal	6.077	6.354
Valores a repassar transações de pagamento	3.028	160
Credores diversos – país	2.137	1.929
Outras	65	58
Total	54.257	25.093



12. Provisões e passivos contingentes

A Casas Bahia Pay, é parte em processos de ações judiciais decorrentes do curso normal de suas atividades. Em 30 de junho de 2026 o montante provisionado de R\$ 117 é considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas.

Provisões	jun/2026	dez/2025
Cíveis	115	89
Trabalhistas	2	-
Total	117	89

Provisões	dez/2025	Adições	Baixas	Pagamentos	jun/2026
Cíveis	89	209	(183)	-	115
Trabalhistas	-	2	-	-	2
Total	89	211	(183)	-	117

Provisões	dez/2024	Adições	Baixas	Pagamentos	jun/2025
Trabalhistas	155	312	(104)	(290)	73
Cíveis	58	11	(6)	-	63
Total	213	323	(110)	(290)	136

Existem processos de natureza trabalhista classificados como perdas possíveis no montante estimado de R\$ 687 (R\$ 402 em 2025) sendo R\$ 186 de natureza cível (R\$ 224 em 2025 de natureza cível) e R\$ 501 de natureza trabalhista.

13. Capital social

O capital social da Instituição é de R\$ 656.470, sendo dividido em 656.470.000 (seiscentos e cinquenta e seis milhões e quatrocentos e setenta) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas entre os sócios:

Sócios	Nº de Quotas	Valor (R\$)	%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	656.469.999	656.469.999	99,9999998%
Cnova Comércio Eletrônico S.A.	1	1,00	0,0000002%

Em 30 de junho de 2026 havia saldo em capital a realizar no montante de R\$ 17.000 (R\$ 17.000 em 31 de dezembro de 2025).



14. Reservas de capital

Pagamentos baseados em ações

Opções Outorgadas

O Casas Bahia Pay mantém participação nos planos de remuneração baseado em ações instituídos pelo Grupo Casas Bahia, tais planos têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados do Casas Bahia Pay no capital do Grupo Casas Bahia e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados da controladora para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais do grupo; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas do Grupo Casas Bahia.

Em troca de serviços prestados por um determinado período, os executivos da Casas Bahia Pay podem receber remuneração que é baseada em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais do Grupo Casas Bahia ou em dinheiro).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas (“condições para o exercício”), com um correspondente aumento nas reservas de capital dentro do patrimônio líquido da Instituição, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, ocorre a reavaliação da quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

Em 27 de novembro de 2023 foi realizado o grupamento das ações do Grupo Casas Bahia sem alteração no capital social à razão de 25:1, e passaram a ser negociadas desta forma a partir de 15 de dezembro de 2023, por esta razão os saldos de ações dos planos de remuneração baseados em ação também foram agrupados da mesma forma e serão apresentados conforme esta nova divisão de ações.

Plano de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Em maio de 2022, o Grupo Casas Bahia outorgou um novo plano de opção de compras de ações sendo destinadas ao Casas Bahia Pay 782.848 ações restritas aos beneficiários do programa



de remuneração baseada em ações. Em dezembro de 2022 devido a novas entradas de beneficiários vinculados ao Casas Bahia Pay, o Grupo Casas Bahia outorgou mais 164.321 ações restritas para a Instituição. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Instituição até o término do *vesting*, previsto para o mês de maio de 2027, o beneficiário terá o direito de receber ações restritas em 4 parcelas de 25% ao ano, a partir do segundo aniversário da data da outorga/concessão.

Os planos de opção de compra de ações liquidáveis em títulos patrimoniais, atualmente vigentes são os seguintes:

Quadro 1

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação, em quantidade de ações, de cada um dos programas no semestre findo em 30 de junho de 2026:

	Data da outorga	Término da carência
Ações restritas	10/05/2022	10/05/2027

Quadro 2

No primeiro semestre de 2026 não foram reconhecidas despesas incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa ao programa de ações no período findo em 30 de junho de 2026 (Despesa de R\$ 149 em 30 de junho de 2025).

Séries	Data da outorga	Término da carência	Quantidade de opções de ações em vigor em 2025	Opções canceladas	Opções exercidas	Opções transferidas	Quantidade de opções de ações em vigor em jun26
Restricted share	10/05/2022	10/05/2027	420	-	-	-	420

15. Ganhos com ativos financeiros

	jun/2026	jun/2025
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	47.528	26.769
Valorização de cotas de fundos de investimento	47.528	26.769
Mensurados ao custo amortizado	3.915	2.971
Títulos públicos federais	2.957	2.390
Operações compromissadas	951	519
Certificado de depósito bancário	7	62
Total	51.443	29.740



16. Receitas de prestação de serviços

	jun/2026	jun/2025
Rendas por serviços de pagamento ⁽¹⁾	32.720	27.339
Outras ⁽²⁾	1.314	1.712
Total	34.034	29.051

(1) Refere-se aos valores de comissões relativas a transações de pagamento, serviços de intermediação e meios de pagamento.

Refere-se aos valores de interchange do cartão pré-pago e manutenção de contas pré-pagas.

17. Despesas administrativas

	jun/2026	jun/2025
Pessoal	(17.723)	(15.773)
Serviços técnicos especializados	(8.264)	(6.715)
Processamento de dados	(5.680)	(5.813)
Tributárias	(866)	(313)
Propaganda e publicidade	(494)	(1.392)
Serviços do sistema financeiro	(235)	(133)
Outras	(1.235)	(700)
Total	(34.497)	(30.839)

18. Outras receitas e (despesas) operacionais

	jun/2026	jun/2025
Receitas	1.930	824
Reversão de provisões operacionais	1.175	739
Atualizações monetárias	65	85
Outras	690	-
Despesas	(22.678)	(14.683)
Serviços de dados, CRM e suporte ao cliente	(16.970)	(11.005)
Tributos sobre receitas financeiras e serviços	(5.606)	(2.862)
Outras	(102)	(815)
Total	(20.748)	(13.859)



19. Tributos sobre o lucro

a) Cálculo dos tributos incidentes sobre o lucro

	jun/2026	jun/2025
Lucro do período antes da tributação	45.372	8.020
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 37%	(16.788)	(2.742)
Equivalência patrimonial	8.304	-
Exclusão Selic sobre tributos	19	27
Outras diferenças permanentes	(324)	55
Efeito da mudança de alíquota – diferido	(795)	-
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(9.584)	(2.660)
Corrente reconhecido por meio do resultado	(6.064)	-
Diferido reconhecido por meio do resultado ¹⁾	(166.565)	(2.660)
Receitas/(despesas) de imposto de renda e contribuição social, líquidos	(172.629)	(2.660)

¹⁾ Foi realizada a baixa de todo o saldo de ativo fiscal diferido (R\$ 163 milhões) na data base 30/06/2026. A Companhia manterá o controle integral dos referidos créditos não ativados fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

20. Gerenciamento de riscos

20.1 – Segmentação e estrutura de riscos e capital

O gerenciamento do risco e a alocação de capital do Casas Bahia Pay IP são estruturados estritamente com base no arcabouço regulatório do Banco Central do Brasil (BCB) aplicável às instituições de pagamento.

Nos termos da Resolução BCB nº 436/2024, a Instituição enquadra-se como conglomerado prudencial do Tipo 3, classificando-se no Segmento S5 para fins de aplicação da proporcionalidade da regulação prudencial. Em consonância com esse enquadramento, a governança de riscos e a apuração de capital adotam os critérios da Resolução BCB nº 201/2022. A Instituição mantém uma estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, proporcional à complexidade de suas operações, apurando o Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) para assegurar a solidez econômico-financeira.

A partir de novembro de 2025, o Casas Bahia Pay IP passou a observar o novo marco prudencial instituído pela Resolução Conjunta CMN/BCB nº 14/2025, complementado pela Resolução BCB nº 517/2025, que definem a metodologia de apuração do limite mínimo de capital social integralizado e do patrimônio líquido, com base nas atividades efetivamente exercidas pela Instituição, reforçando a necessidade de adequação contínua do capital, proporcional à complexidade das operações conduzidas.



20.2 – Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez visa assegurar que o Casas Bahia Pay IP mantenha recursos líquidos suficientes para o cumprimento de suas obrigações, especialmente aquelas relacionadas aos saldos mantidos em contas de pagamento pré-pagas.

A Instituição monitora continuamente a suficiência dos recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidos nas contas de pagamento pré-pagas, incluindo os valores em trânsito aplicáveis, observando os critérios de alocação e manutenção previstos na regulamentação do Banco Central do Brasil.

Esse acompanhamento busca assegurar a adequada cobertura dos saldos mantidos pelos clientes e a disponibilidade dos recursos necessários para a execução das transações de pagamento e demais movimentações das contas, mitigando eventuais descasamentos de liquidez.

20.3 – Risco de crédito e contabilidade de instrumentos financeiros

Embora a atuação principal seja como instituição de pagamento, as exposições que geram risco de crédito são monitoradas e mensuradas de forma contínua.

O reconhecimento, a mensuração e a evidenciação contábil dos instrumentos financeiros, bem como a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, seguem os ditames da Resolução BCB nº 352/2023 e da Resolução CMN nº 4.966/2021.

O modelo de perdas esperadas considera informações históricas, presentes e projeções futuras (forward-looking), para garantir que o balanço reflita adequadamente o valor recuperável dos ativos, aderente às normas específicas para instituições de pagamento.

Hierarquia de apreçamento de investimentos

Para assegurar a correta avaliação de risco de mercado e a liquidez do caixa da Instituição, os ativos financeiros que compõem a tesouraria e as garantias do arranjo de pagamento são monitorados e precificados com base na hierarquia de valor justo, conforme os ditames da Resolução BCB nº 352/2023 e da Resolução BCB nº 334/2023.



A estrutura classifica a exposição aos riscos de precificação e liquidez em três níveis, garantindo que o Comitê de Riscos atue preventivamente sobre ativos de menor liquidez:

Quadro 3 – Hierarquia de valor justo e risco de investimentos

Nível de apreçamento	Critério regulatório e de risco	Perfil de ativos	Estratégia de mitigação
Nível I	Preços cotados e disponíveis em mercados ativos para instrumentos idênticos.	Títulos públicos federais (LFTs) e cotas de fundos de investimento com liquidez diária.	Risco baixo. Liquidação imediata, com foco em garantir a cobertura diária de saldos em contas de pagamento.
Nível II	Modelos de precificação baseados em dados direta ou indiretamente observáveis no mercado.	Certificados de depósito bancário (CDBs) e demais relações interfinanceiras de curto prazo.	Risco moderado. Acompanhamento contínuo dos spreads de crédito, das taxas de juros (CDI/Selic) e do rating da instituição emissora.
Nível III	Modelos internos que utilizam premissas não observáveis ativamente no mercado.	Cotas subordinadas de FIDC e instrumentos restritos.	Risco alto. Exige avaliação por modelos de fluxo de caixa descontado, testes de impairment e controle estrito da Diretoria de Riscos.

20.4 – Risco social, ambiental e climático (PRSAC)

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do Casas Bahia Pay IP está integrada à sua governança de riscos corporativos, cumprindo os requisitos de proporcionalidade exigidos para conglomerados do Tipo 3, conforme a Resolução BCB nº 331/2023.

O gerenciamento atua na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos sociais, ambientais e climáticos associados às atividades da Instituição e de seus parceiros de negócios. Adicionalmente, a Instituição estrutura seus processos para a divulgação tempestiva do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC), em conformidade com as Resoluções BCB nº 139/2021 e nº 445/2024.

20.5 – Risco operacional e prevenção a fraudes

O gerenciamento de risco operacional engloba falhas em processos internos, pessoas, sistemas (risco cibernético) e eventos externos. Dada a natureza digital e transacional do Casas Bahia Pay IP, a prevenção a fraudes é um pilar crítico.



Além dos controles de PLD/FT (prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo) e KYC (know your customer), a Instituição atua em conformidade com a Resolução BCB nº 343/2023. O modelo contempla mecanismos sistêmicos para o compartilhamento de dados e informações sobre indícios de fraudes com as demais instituições do Sistema Financeiro Nacional, garantindo a interoperabilidade da segurança e a mitigação ágil de ameaças em sua rede de pagamentos.

20.6 – Quadros obrigatórios de análise normativa (Segmento S5)

Quadro 4 – Matriz de enquadramento e requisitos prudenciais (S5)

Categoria de risco / requisito	Base normativa aplicável	Mecanismo de controle e apuração
Enquadramento prudencial	Resolução BCB nº 436/2024	Conglomerado Tipo 3 / Segmento S5.
Capital (solvência)	Resolução BCB nº 201/2022	Apuração mensal do PRS5 (Patrimônio de Referência Simplificado). O Capital Principal deve cobrir as parcelas de risco de crédito (RWAcS), risco de serviços de pagamento (RWAsP) e operacional (RWAsOs).
Liquidez	Resolução BCB nº 207/2022 e Resolução CMN nº 4.616/2017	Monitoramento diário do LCR (liquidez de curto prazo) e do NSFR (liquidez de longo prazo). Manutenção de ativos líquidos.
Risco de crédito (contábil)	Resolução BCB nº 352/2023 e Resolução CMN nº 4.966/2021	Apuração de perdas esperadas em instrumentos financeiros.
Risco operacional / fraudes	Resoluções BCB nº 201/2022 e nº 343/2023	Matriz de perdas operacionais, plano de continuidade de negócios (BCP) e interoperabilidade de indícios de fraude.
Risco social, ambiental e climático	Resoluções BCB nº 331/2023 e nº 139/2021	Matriz de exposição PRSAC e reporte anual do Relatório GRSAC.

21. Resultados não recorrentes

Baixa de R\$ 163 milhões de ativo fiscal diferido.

22. Eventos subsequentes

Em agosto/2026 a instituição recebeu um aporte de capital de 14 milhões do seu controlador Casas Bahia.